

# **O QUE DIZEM OS PESQUISADORES SOBRE O PRECONCEITO EDUCACIONAL E UNIVERSITÁRIOS EM SITUAÇÃO DE DEFICIÊNCIA**

**Rosely dos Santos Madruga (UFMS)**  
rstsmadruga@gmail.com

**Alexandra Ayach Anache (UFMS)**  
alexandra.anache@gmail.com

**Daniela Pereira Nantes (UFMS)**  
danielanantes@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

## **Resumo**

O preconceito constitui objeto de discussões de diferentes pesquisadores de diversas áreas, Educação, Psicologia, Ciências Sociais e Educação Especial. Assim sendo, nesta pesquisa tivemos como objetivo verificar as produções acadêmicas (teses e dissertações), na perspectiva histórico – cultural, realizadas no período de 1999 a 2018, tendo como foco os estudos sobre o preconceito sofrido por estudantes com deficiência ao ingressar na educação superior. A investigação é bibliográfica e exploratória e foi realizada no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). O resultado mostrou que poucos pesquisadores estudam a temática nessa perspectiva.

**Palavras-chave:** Exclusão; Universidade; Pessoa com Deficiência.

## **Introdução**

Neste artigo nos propomos apresentar a educação superior que pretendemos inclusiva no contexto de uma sociedade de classes antagônicas como a capitalista. Em uma sociedade classista, homens se constituem historicamente, socialmente e culturalmente no mundo do trabalho, e nesse sentido, a pensar em nossa sociedade, regulado pelas leis do mercado, ou seja, pela regulação econômica, e com isso favorece a exploração do homem pelo próprio homem. E a educação se torna mais uma mercadoria, “[...] uma forma de acumulação de capital [...]” (CUNHA, 2014, p. 364). É possível nesse contexto social uma educação inclusiva na Educação Superior? Não, desde que seja entendida como “[...] o motor do desenvolvimento, na medida em que produz recursos humanos na qualidade e na quantidade requeridas; realiza pesquisas, puras e aplicadas, que permitem solucionar, de modo criativo, os problemas que impedem ou retardam o desenvolvimento [...]” (CUNHA, 2013, p. 86). Pois, “na sociedade capitalista, a

educação visa transformar os filhos dos trabalhadores (tanto os trabalhadores diretos quanto os não diretos) em novos trabalhadores, *qualificados conforme* as exigências da divisão técnica e social do trabalho” (IDEM, p. 87). Há uma dicotomia, onde alguns estudantes são treinados para as tarefas ‘chão da fábrica’ e outro para os tapetes. Os estudantes com deficiência encontram-se na primeira situação. Nesse sentido há uma falsa inclusão tanto social como educacional.

A inclusão ocorrerá quando considerarmos os estudantes em suas diferenças, capacidades e potencialidades e ao tempo que a sociedade pensar esse estudante como sujeito ativo do processo e passíveis de aprender e contribuir para a transformação social, e, não passivo, um mero recebedor. Portanto, é imprescindível que os saberes, conhecimentos produzidos na universidade do século 21 englobe todos os estudantes de forma democrática (DIAS SOBRINHO, 2014). As transformações sociais, econômicas, políticas, alteram de forma significativa a educação, a cultura, a ciência e a tecnologia. “De modo especial, a educação superior é profundamente afetada, em razão da responsabilidade que lhe é atribuída de produzir, fomentar e disseminar os conhecimentos, as técnicas e habilidades úteis ao desenvolvimento das condições de possibilidade da economia global (DIAS SOBRINHO, 2014)”.

No mundo globalizado que vivemos qual o sentido da inclusão educacional universitária, haja vista que a necessidade da formação vai além do papel essencial da universidade que é a produção e promoção do conhecimento, pois na sociedade capitalista a urgência é a produção de mercadoria, educação é mercadoria, a necessidade é a formação de profissionais de acordo com as necessidades do mundo do trabalho. No mercado do trabalho milhares de trabalhadores são excluídos cotidianamente, nas universidades, milhares de estudantes com deficiência são excluídos por não ter as ‘competências’ ditadas pela lógica do capital e quando incluídos, ou seja, aprovados por ingresso em processos seletivos, são excluídos, pois a universidade em sua estrutura física, institucional, arquitetônica, pedagógica não são pensados para eles, ocorre o fenômeno exclusão na inclusão, ou inclusão marginal. Em se tratando de educação, Dias Sobrinho (2014), aborda a questão da economia do conhecimento, o empreendedorismo, uma das formas de exclusão.

O novo paradigma imposto pela economia do conhecimento concita a educação superior a transformar-se radicalmente, sob o império do mercado, como se isso fosse uma necessidade inexorável da competitividade no capitalismo globalizado.

[...]

Na esteira da economia do conhecimento tendem a prosperar uma mercantilização massiva das atividades educacionais e das instituições privadas, as lógicas empresariais na gestão, na organização dos processos de produção, distribuição e transferência de conhecimentos e nos sentidos da formação. Se

a referência central é o lucro, então, os conhecimentos são entendidos mais como propriedades privadas e, portanto, bens comercializáveis, que fundamentos da vida social e, coerentemente, a formação se identifica mais com a capacitação técnica e profissional que com o desenvolvimento integral dos indivíduos, com a equidade e o fortalecimento da cidadania. Nesse modelo econômico, o conhecimento de função utilitarista é apropriado privadamente e se apresenta como um dos mais robustos instrumentos da competitividade individual e de instauração da rivalidade no meio social. (DIAS SOBRINHO, 2014, p. 650).

Nesse sentido como incluir o estudante com deficiência, já que estes por vezes não são tão ágeis, não são tão competitivos, não são tão autônomos, não aprendem no ritmo frenético necessário aos meios de produção, são mais coletivos do que individuais, ou seja, não estão treinados nas escolas de educação básica para a lógica mercantilista. Como competirão com aqueles que os conhecimentos são inculcados de forma mais rápida, mais lucrativas e com probabilidade de maior produção. (DIAS SOBRINHO, 2014).

Como pontuado anteriormente, a economia do conhecimento valoriza o “capitalismo acadêmico” e a “universidade empreendedora”. Seu objetivo declarado é promover o desenvolvimento e o progresso, mas, embora aluda a um indefinido benefício social, acaba fortalecendo a ideologia do individualismo possessivo, da rivalidade competitiva e da exclusão dos mais fracos.

[...]

A inclusão educativa é uma questão central da justiça social e, portanto, condição da democracia. Mas a inclusão educativa deve propiciar um outro tipo de educação que não seja mera adesão à agenda global da hegemonia neoliberal. Isso requer retomar o significado essencial dos fins da educação: a formação integral – científica, técnica, profissional, intelectual, cultural, ética, política, social - como processo de construção de sujeitos históricos. (DIAS SOBRINHO, 2014, pp. 657, 660).

Sawaia (1999) trata da “exclusão ou inclusão perversa”, segundo a autora analisar a exclusão é um processo complexo e deve sê-lo feito de modo social e histórico, “É processo sócio histórico, que se configura pelos recalamentos em todas as esferas da vida social, mas é vivido como necessidade do eu, como sentimentos, significados e ações” (SAWAIA, 1999, p. 8).

A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram fora do econômico. (SAWAIA, 1999, p. 8).

A autora trata esse processo como dialético exclusão/inclusão, e um produto dessa sociedade excludente, que ao tempo exclusão torna-se inclusão, em relação a temática aludida inclusão educacional marginal, inclusão perversa.

Em síntese, a exclusão é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético pois só existem relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ele é produto do funcionamento do sistema. (SAWAIA, 1999, p. 9).

Nesse sentido, exclusão faz parte da sociedade que vivemos, na qual em sua gênese, o seu embrião é constituído de processos excludentes com a origem da propriedade privada, a divisão social do trabalho, a exploração do homem pelo próprio homem. E com isso, a inclusão versus exclusão faz parte do mesmo encadeamento. Os preconceitos e estereótipos são faces de processos excludentes gerado nas relações sociais. Nas universidades percebemos essa construção do preconceito com os estudantes que tem algum tipo de deficiência, negros, índios e estudantes que ingressam via cotas.

Partimos do fato de que a vida cotidiana produz, em sua dimensão social, os preconceitos, bem como de que a base antropológica dessa produção é a particularidade individual, ao passo que o “tecido conjuntivo” emocional é a fé. Mas disso não decorre, nem fática nem logicamente, a existência do sistema de preconceitos sociais estereotipados. É ao contrário: a particularidade do homem está vinculada aos sistemas de preconceitos pelo fato de, também na própria sociedade, predominarem – embora em outro plano e com variações – sistemas de preconceitos sociais estereotipados e estereótipos de comportamentos carregados de preconceitos.

O que provoca tais sistemas de preconceitos? São provocados pelas integrações sociais nas quais vivem os homens e, dentro dessas integrações, sobretudo pelas classes sociais. (HELLER, 2016, pp, 1-26).

Para Heller (2016), “O PRECONCEITO É a categoria do pensamento e do comportamento cotidianos”. E para Vieira e Maciel (2009, p. 237) “o preconceito como uma objetivação humana, produzida no seio da atividade pratica coletiva, e que, ao ser apropriado pelos indivíduos, assim como tantas outras objetivações, o mesmo concorre para a formação do psiquismo”. O preconceito é um dos entraves ao processo de inclusão universitária dos estudantes com deficiência.

Retomando a questão das universidades, Sguissardi (2000) trata a educação superior no Brasil como um desafio diante das questões econômicas, políticas e sociais, pois [...] “a superior continua elitista e cada vez mais privatizada”, dezoito anos passados do texto do autor, a universidade continua tal qual referida a citação, e nesse tempo passado, ingressamos no século 21 com muitos desafios conforme o autor, e as leis do mercado cotidianamente se alastram universidades públicas estatais adentro.

A drástica redução do financiamento público, a criação de fundações privadas no interior das IES públicas, entre outras formas de retirada do Estado da manutenção do setor, e a contenção na sua expansão, assim como o desenfreado processo de expansão da universidade privada, em especial a com fins lucrativos; o aumento da diferenciação institucional e a adoção de modelos gerenciais ou empresariais de administração universitária, são apenas algumas decorrências das profundas mudanças na economia pós-fordista e na organização do Estado pós-moderno ou pós-Estado do Bem-Estar. (SGUISSARDI, 2011, p. 285).

Como afirmamos anteriormente, as universidades necessitam cada vez mais produzir, ser competitiva, estar de acordo com a lógica do mercado capitalista, empreendedora, a precarização das IES públicas e a avalanche demanda de matrículas e promoção no sentido de liquidação do ensino em instituições de fundo privado com a aquiescência do Estado neoliberal. Portanto, o ensino é uma mercadoria de grande lucratividade, custeado pelos governos, ou pelo Estado. E com isso o sucateamento das universidades públicas, a desvalorização dos professores e técnicos, o excessivo número de estudantes em sala de aula, assim, do ato de produzir o conhecimento para executar as diretrizes impostas pelo mercado financeiro.

A universidade, em especial a estatal pública, que antes se organizava como uma instituição que, além da formação de profissionais, se ocupava da produção de conhecimento, da extensão e prestação de serviços, transforma-se celeremente em organização que, nas últimas décadas, oferece produtos educacionais em resposta às demandas diretas ou indiretas da mundialização financeira do capital. Ao mesmo tempo em que a mundialização aponta, entre outros, para programas de empreendedorismo e inovação, seus processos econômicos tendem a desestabilizar a já bastante precária autonomia acadêmica e institucional.

[...]

Em particular, nosso ponto de partida consiste em que a educação superior (pública e privada) encontra-se em transição para um estatuto mais econômico do que de formação humana em suas funções de formação e produção de conhecimento, e na dimensão financeira da economia política mundializada. Instituições brasileiras de educação superior, seus alunos e professores passam, agora, a interagir em uma economia planetária com profundas implicações políticas. (SILVA JUNIOR & SGUISSARDI, 2013, p. 119).

Os autores retratam um Brasil no qual as IES são regidas pela dualidade educacional, “[...] esta dualidade reproduz as diferenças sociais, característica histórica do Brasil” (SILVA JUNIOR & SGUISSARDI, 2013, p. 159), pelo produtivismo, inovação tecnológica, competitividade, fatores estes que por vezes inviabilizam que os estudantes com deficiência nessa nova abordagem educacional, pois, muitos estudantes não atendem os requisitos solicitados pelos financiadores das IES, impostas pelo sistema produtivo aos estudantes, assim, são exclusivos. Já estudantes que se ‘adaptam’ ao modelo educacional de mercado tem

possibilidades de desenvolvimento, de novas experiências estudantis como por exemplo a mobilidade acadêmica para outros países.

O objetivo que pretendemos com esse artigo é verificar nos relatórios de pesquisas (teses e dissertações) nos portais da (CAPES) e, na (BDTD) se os pesquisadores com orientação na Teoria Histórico Cultural estudam sobre o preconceito<sup>1</sup>.

## **Método**

O presente artigo originou após a leitura do texto “PRECONCEITO E TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL: O QUE RESUMOS DE PESQUISAS EM EDUCAÇÃO REVELAM AOS PESQUISADORES?.”, pois no cotidiano universitário enquanto servidores da educação superior nos deparamos com situações de preconceito em relação a grupos de estudantes com deficiência, cotistas, negros, indígenas, dentre outros.

As pesquisadoras Vieira e Maciel (2009), realizaram uma pesquisa bibliográfica e documental acerca preconceito na vertente da perspectiva histórico cultural. Elas tinham como hipótese a existência de documentos nos portais da Capes versando sobre a temática em questão, no entanto, não foi objeto das pesquisadoras vincularem ao tema a relação, preconceito, deficiência e educação superior. Portanto, ampliamos o estudo das autoras referente a temática, ao recorte temporal, anteriormente, 1990, a 1999, e ao banco de dados, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

“O que dizem os pesquisadores sobre o preconceito educacional e universitários em situação de deficiência” , é uma pesquisa de caráter bibliográfico e exploratório e centrou-se na análise das produções acadêmicas (teses e dissertações) que abordam a relação preconceito e estudantes em situação de deficiência na educação superior. Baseia-se no resultado de pesquisa realizada no Banco de Teses, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e BDTD, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Ambos foram adotados por reunirem teses e dissertações produzidas pela comunidade científica nacional e defendidas no Brasil ou no exterior em diferentes áreas de conhecimento.

Ao acessarmos os portais com as palavras chave: preconceito; teoria histórico cultural e educação superior registramos 72 relatórios de pesquisa no portal CAPES, sendo 55

---

<sup>1</sup> VIEIRA, Renata de Almeida; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. PRECONCEITO E TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL: O QUE RESUMOS DE PESQUISAS EM EDUCAÇÃO REVELAM AOS PESQUISADORES? *Teoria e Prática da Educação*, v. 12, n. 2, p. 233-242, mai/ago, 2009.

dissertações e 17 teses. Na BDTD encontramos 201 documentos, 129 dissertações e 72 teses. Todos os relatórios no idioma Português Brasil. Por ser uma pesquisa que visa ampliar um estudo já realizado, consideramos no escopo desta pesquisa as produções acadêmicas defendidas nos anos de 1999 a 2018.

Para a primeira Verificação analisamos, títulos de todas as teses e dissertações que no assunto incluía as palavras preconceito, educação superior, deficiência, teoria histórico cultural perspectiva histórico cultural, psicologia histórico cultural, inclusão na educação superior, estudantes com deficiência, educação inclusiva, acrescentamos a esses dados quais objetos os pesquisadores relacionaram e o assunto. Quando percebemos a necessidade para o melhor esclarecimento buscamos também nos resumos, introdução e resultados. Ao adquirirmos tais informações observamos que das teses e dissertações localizadas com as informações listadas na base de dados, no sitio da Capes 10 documentos relevantes a pesquisa e no sitio da BDTD dos documentos referidos, 2 foram analisados na integra para a pesquisa, para subsidiar nosso resultados e discussão.

## **Resultados e discussões**

Ao refinarmos a pesquisa utilizamos como critérios de exclusão relatórios que aludiam a temática, no entanto, as discussões permeavam sobre a educação básica, ou delimitavam preconceitos étnicos- raciais, que embora importante a ser investigado, não correspondia aos objetivos da pesquisa, relações interculturais, esportes, formação de professores, livros didáticos dentre outros temas. Após esse realinhamento a pesquisa constituiu-se de 5 (cinco) relatórios sendo que nenhum destes na BDTD.

QUADRO 1

ANO	AUTOR	TÍTULO	OBJETO	IES	NIVEL
2012	CHAVES, SUSANA ARAÚJO	<b>OS SENTIDOS SUBJETIVOS ATRIBUÍDOS AO PRECONCEITO POR UMA ALUNA CEGO DO ENSINO SUPERIOR</b>	Subjetividade estudante Cega	UFPI	M
2013	SANTOS, JACIETE BARBOSA DOS	<b>PRECONCEITO E INCLUSÃO: TRAJETÓRIAS DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA UNIVERSIDADE</b>	Preconceito e inclusão na formação do estudante universitário em situação de deficiência	UESB	D
2014	NETO, HILDEBRANDO ESTEVES	<b>PRECONCEITO E CONTATO INTERGRUPAL: UM ESTUDO DOS NÚCLEOS DE APOIO AS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS</b>	Preconceito e relações intergrupais	UFPB	D
2017	CARVALHO, DULCIMAR LOPES.	<b>A TRAJETÓRIA DE INCLUSÃO DE UM ESTUDANTE COM AUTISMO: DA EDUCAÇÃO BÁSICA À EDUCAÇÃO SUPERIOR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES</b>	Autismo	UNIVILLE	M
2006	SIMIONATO, MARLENE APARECIDA WISCHRAL.	<b>SOBRE A INCLUSÃO – EXCLUSÃO E AS RELAÇÕES FAMILIARES DE UNIVERSITÁRIOS COM DEFICIÊNCIA</b>	Inclusão e exclusão, estudantes com deficiência e famílias	UEM	M

FONTE: organizado pelas autoras.

Com a finalidade de atender os objetivos da pesquisa, verificar nos relatórios das teses e dissertações nos portais no Banco de Teses, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) se os pesquisadores com orientação na Teoria Histórico Cultural estudam sobre o preconceito, listamos os relatórios que serão analisados no seguimento.

Chaves (2012) investigou os sentidos subjetivos que uma estudante cega atribuiu ao preconceito, os sentimentos de dor, tristeza, angústia, mas também mostrou a possibilidade de enfrentamentos diante da realidade produzindo sentidos e significados para a transformação em sua vida entrelaçados a subjetividade social, já que a estudante não se faz estudante sozinha, ela constituiu-se nas relações que a permeiam.

Santos (2013), analisou a trajetória dos estudantes com deficiência ingressantes na educação superior e nessa busca percebeu processos preconceituosos internos e externos a instituição de educação como nas falas e atitudes dos colegas, no não cumprimento das políticas públicas para o estudante com deficiência nesse nível de ensino.

Esteves Neto (2014) objetivou “investigar a relação entre preconceito e contato intergrupal e o contato intergrupal nos Núcleos de Apoio as Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE’s), relacionados à inclusão escolar em classe comum”. Visou o preconceito institucional que são introduzidas por via das políticas públicas e estas deficitárias em relação as barreiras arquitetônicas, infraestrutura, comunicação e informação, currículo, atitudinais, pedagógicas, dentre outras.

Carvalho (2017) abordou a trajetória de um estudante com autismo da classe regular a educação superior, como resultado apontou para as interações nas relações sociais, educacionais e a intervenção precoce como fatores facilitadores e as políticas públicas como pontos dificultadores, pois relaciona-se ao preconceito.

Simionato (2006) visou compreender o processo de inclusão e exclusão do estudante com deficiência na educação superior, tratou também do preconceito existente entre si próprio e dos outros para com a pessoa com deficiência e as condições de acessibilidade ou a inexistência dela que constituem uma forma de preconceito.

Os referenciais teóricos encontrados nos relatórios foram a Teoria da Subjetividade e a Epistemologia Qualitativa propostas por González Rey, Teoria Crítica da Sociedade, Teoria das Representações Sociais e Teoria Histórico Cultural com dois representantes.

## **Conclusão**

Na construção desse artigo foi possível percebermos que ainda há um longo caminho a percorrer. Observamos que embora seja uma temática relevante para as Ciências Humanas, não ficou evidenciada nos relatórios que a Teoria Histórico Cultural nas últimas duas décadas estuda o preconceito.

As políticas públicas de inclusão são observadas pelos autores como fatores de exclusão, o preconceito, pois para os estudantes que não tem deficiência não é necessário políticas que os incluam, assim, inclusão não se faz por meio de meio de políticas e sim com mudança de cultura, a cultura da inclusão, incluir deve ser inerente ao ser social.

## **Referências**

CARVALHO, Dulcimar Lopes. **A trajetória de inclusão de um estudante com autismo: da educação básica à educação superior: desafios e possibilidades.** 2017 163 f. (Mestrado em Educação). UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE, Joinville, SC. 2017.

CHAVES, Susana Araújo. **Os sentidos subjetivos atribuídos ao preconceito por uma aluna cego do ensino superior**. 2012 136 f. (Mestrado em EDUCAÇÃO). FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, Teresina, PI. 2012.

CUNHA, Luiz Antônio. Análise do pensamento sobre o ensino superior no Brasil. **Síntese: Revista de Filosofia**, v. 5, n. 13, 2013. CUNHA, Luiz Antonio. O legado da ditadura para a educação brasileira. **Educação & Sociedade**, v. 35, n. 127, 2014.

HELLER, Agnes. O Cotidiano. **São Paulo: Paz e Terra**, 1992. NETO, Hildebrando Esteves. **Preconceito e Contato Intergrupar: Um estudo dos Núcleos de Apoio as Pessoas com Necessidades Específicas**. 2014 255 f. (Doutorado em Psicologia Social). UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA, João Pessoa, PB. 2014.

SANTOS, Jaciete Barbosa dos. **Preconceito e inclusão: trajetórias de estudantes com deficiência na universidade**. 2013 399 f. (Doutorado em EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE). UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA, Salvador, BA. 2013.

SAWAIA, Bader. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**, v. 2, p. 97-118, 1999.

SGUISSARDI, V. O desafio da educação superior no brasil: quais são as perspectivas? **Avaliação - Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 5, n. 2, 11, 2000.

SGUISSARDI, Valdemar. Regulação estatal e desafios da expansão mercantil da educação superior. **Educação & Sociedade**, v. 34, n. 124, 2013.

SGUISSARDI, Valdemar. Universidade no Brasil: dos modelos clássicos aos modelos de ocasião. **A universidade no Brasil: concepções e modelos**, v. 2, 2011.

SILVA JÚNIOR, João Dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. Universidade Pública Brasileira no Século XXI Educação superior orientada para o mercado e intensificação do trabalho docente. **Espacios en blanco. Serie indagaciones**, v. 23, n. 1, p. 0-0, 2013.

SIMIONATO, Marlene Aparecida Wischral. **Sobre a inclusão – exclusão e as relações familiares de universitários com deficiência**. 2006 74 f. (Mestrado em Ciências da Saúde). UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, MARINGÁ, PR. 2006.

VIEIRA, Renata de Almeida; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. Preconceito e teoria histórico-cultural: o que resumos de pesquisas em educação revelam aos pesquisadores?. **Teoria e Prática da Educação**, v. 12, n. 2, p. 233-242.